

ENTREVISTA

Alexandre Fuccille ¹

1 Alexandre Fuccille é professor da UNESP na graduação e pós-graduação (PPG em Relações Internacionais San Tiago Dantas e PPG em Análise e Planejamento de Políticas Públicas), doutor em Ciência Política pela UNICAMP e presidiu a Associação Brasileira de Estudos de Defesa/ABED no biênio 2014-2016. Colabora como pesquisador no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais/IPPRI e no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea/CEDEC. Lidera o Grupo de Estudos em Tecnologias de Defesa e a Evolução do Pensamento Estratégico/GETED, além de integrar o Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional/GEDES, a Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo/REPRI e Os governos do PT: política econômica e política externa, todos registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Foi pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos/NEE da UNICAMP (2000-2010), diretor do Departamento de Política e Estratégia da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa/MD (2003-2005) e consultor em Políticas Públicas (2005-2010). Atua na área de Ciência Política e Relações Internacionais, com ênfase nas subáreas América do Sul; Política Externa Brasileira; Comportamento Político; Segurança e Defesa; Política Internacional e Estratégia. E-mail: fuccille@hotmail.com

IA: InterAção

AF: Alexandre Fuccille

IA: Diante da situação que se passa na Venezuela, como o senhor percebe a atuação das Instituições regionais para a resolução da crise?

AF: O que temos assistidos atualmente na Venezuela é muito triste, de ambos os lados. Talvez fosse melhor perguntar sobre a *inação* das instituições regionais em torno da crise. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que experimentou significativo descenso com as mudanças de governo em Buenos Aires e Brasília, desde janeiro de 2017 segue sem um secretário-geral, a despeito da prorrogação por seis meses da permanência de Ernesto Samper, devido à falta de consenso e de candidatos a sucedê-lo. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), por seu turno, tampouco vive uma boa fase e passa por uma profunda crise existencial, recordando que a Venezuela – último país a ingressar no bloco como membro pleno – está suspensa por “ruptura da ordem democrática” desde uma decisão unânime de seus membros em agosto de 2017 invocando o “Protocolo de Ushuaia”. A Comunidade Andina, é importante ressaltar, desde o anúncio da saída da Venezuela em 2006 e a formalização de Tratados de Livre Comércio (TLCs) com os EUA por parte da Colômbia e Peru, crescentemente vez experimentando uma existência cada vez mais virtual e de poucos resultados práticos. A formalização do pedido de ingresso como membro pleno do MERCOSUL por parte da Bolívia e a assunção da Aliança do Pacífico parecem corroborar a desidratação experimentada pelo arranjo andino. Enfim, resta a volta à cena da Organização dos Estados Americanos (OEA), historicamente alinhada com Washington, que segundo seu secretário-geral Luis Almagro publicamente já afirmou que “não há, nesse país [Venezuela], nenhum

vestígio de democracia”. É lamentável, uma vez mais, o subcontinente não tomar a história em suas mãos e ficar à mercê de instituições “hemisféricas”.

IA: Ainda no que tange a Venezuela, como o senhor avalla a posição do governo brasileiro em relação a situação do país vizinho?

AF: Absolutamente deplorável, e aqui não estou entrando na discussão acerca da legitimidade que o governo Temer possui ou não, e nem no debate do que – ao meu ver – parece-me uma política externa profundamente equivocada. Para fugir do debate raso que se instaurou em nosso país, *paneleiros/coxinhas/direitistas x PeTralhas/mortadelas/esquerdistas*, eu quero recordar a posição absolutamente responsável do presidente Fernando Henrique Cardoso ao final de seu mandato em 2002, seja no malfadado golpe apoiado pelos EUA que tentou derrubar o presidente Hugo Chávez ou ainda na greve geral mantida pela oposição venezuelana. Em ambas situações, houve a defesa de uma posição constitucional, legalista, culminando na criação do “Grupo de Países Amigos da Venezuela”. De volta ao Palácio Miraflores após a tentativa de golpe de abril de 2002, o primeiro telefonema de agradecimento do “Comandante” foi ao presidente Cardoso pela atuação brasileira no episódio, a despeito das diferentes visões de mundo que nutriam. No apagar das luzes de seu governo, e tendo consultado o presidente eleito Lula da Silva, FHC enviou o navio petroleiro brasileiro Amazon Explorer com 520 mil barris de gasolina (83 milhões de litros) fornecidos pela Petrobrás para aliviar a escassez de combustível imposta à Venezuela pela greve geral. É certo que Nicolás Maduro não é Chávez, e tem se provado um inabilíssimo dirigente político na crise vivida por nosso vizinho, tendo basicamente sua sobrevivência fiada no poder militar. Não obstante, a situação corrente é um quadro que pedia a atuação do Brasil como bombeiro,

com mediador da difícil situação política, econômica e social vivida pela Venezuela, e não incendiário em razão das questões ideológicas colocadas.

IA: Quais as implicações mais imediatas da política externa dos Estados Unidos que já podem ser percebidas na América do Sul após a eleição de Donald Trump?

AF: O quadro ainda é de muita opacidade e não é possível ver com clareza que lugar está reservado à América do Sul no interior da política externa norte-americana. De toda sorte, a América Latina (e por tabela o subcontinente) nunca esteve no topo das prioridades do Departamento de Estado e, correntemente, acho improvável que isso venha a mudar no curto prazo. Em verdade, penso que se abre uma importante janela de oportunidade que o Brasil deveria saber aproveitar, em razão da postura isolacionista trumpista, das rugas com o México, das críticas ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), do recrudescimento do tratamento dispensado à Cuba, da aberta ameaça de intervenção militar na Venezuela etc. Enfim, uma diplomacia mais ativa e atenta como tivemos nos tempos do chanceler Celso Amorim e menos subserviente aos interesses de Washington já seria um importante ponto de partida. Com o anúncio da retirada dos EUA da Parceria Transpacífico (TPP) pelo presidente Donald Trump, peça central da estratégia comercial e geopolítica de seu antecessor Barack Obama, a Aliança do Pacífico perde alento na região e poderia ser uma importante ocasião de Brasília reposicionar-se no tabuleiro sul-americano, priorizando nosso entorno estratégico – que vem perdendo força desde o governo Dilma Rousseff – e procurando construir alianças mais sólidas e aprofundando a integração regional. Contudo, o difícil momento político nacional combinado a pequenez dos atores em cena fazem disso apenas um devaneio.

IA: Como ex-presidente da ABED (Associação Brasileira de Estudos de Defesa), como o senhor avalla o estudo da Defesa e Segurança no Brasil nos últimos anos?

AF: Em 2015 nossa querida ABED completou 10 anos de vida. O salto neste período foi extraordinário e, mais do que um ex-dirigente falando, várias colegas da Academia e fora dela reconhecem o papel aglutinador e vertebrador que a Associação Brasileira de Estudos de Defesa jogou nesse processo de constituição de uma comunidade epistêmica na área de Defesa em nosso país. Note, não se trata de obra de uma pessoa ou uma gestão, mas de um coletivo de homens e mulheres que se dispuseram, para além das complexas e demoradas tarefas que tomam nosso dia-a-dia como profissionais ligados à educação e à pesquisa, a dedicar parte de seu tempo em prol da coletividade nessa área. A recente proliferação de grupos de pesquisa, cursos de graduação e programas de pós-graduação especificamente ligados à temática de Defesa, bem como editais dedicados – a exemplo do Pró-Defesa (envolvendo o MD e a CAPES), do Pró-Estratégia (com o MD e a finada Secretaria de Assuntos Estratégicos/SAE) e do Álvaro Alberto (este do MD em parceria com o CNPq) –, são uma prova contundente do quanto avançamos nos últimos anos. Os Encontros Nacionais da ABED (ENABEDs), agora bienais, têm batido sucessivos recordes de participação e apresentação de trabalhos abarcando desde graduandos de iniciação científica, passando por pós-graduandos e profissionais já consolidados como estudiosos da Defesa. O grande desafio colocado, na atual quadra histórica, é não permitirmos retrocessos como os que se insinuam na área de ciência, tecnologia e inovação, o que certamente teria reflexos deletérios a despeito dos importantes avanços brevemente apontados.

IA: Frente à morte do ex-Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais nos governos Lula e Dilma Rousseff, Marco Aurélio Garcia, como o senhor avalia o papel desempenhado pelo ex-assessor durante o período em questão?

AF: O Marco Aurélio Garcia, ou MAG como era carinhosamente chamado, teve um papel muito importante para a política externa brasileira na “Era PT” à frente da Presidência da República, em especial durante os anos do presidente Lula. Como ele recordou por ocasião da Conferência de Encerramento da “XII Semana de Relações Internacionais da UNESP”, no ano de 2014 em Franca (SP), o cargo de *Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais* existia há décadas. O que foi novo era a articulação que se estabeleceu entre ele e o ministro das Relações Exteriores, um *modus operandi* e *vivendi* extremamente originais –ainda que não isento de críticas e de “batidas de cabeça” –, onde Palácio do Planalto e Itamaraty estavam muito mais frequentemente em contato. Ele era uma espécie de alter ego do presidente Lula nas relações internacionais. É fato que a Casa de Rio Branco não viu com bons olhos tal iniciativa, receosa de que se tratava de uma quebra do monopólio que historicamente esta deteve na formulação e implementação da política externa brasileira, assim como um risco de esvaziamento desta tradicional e competente burocracia, para não falarmos das desconfianças advindas de um suposto aparelhamento partidário. De qualquer modo, a agenda do chanceler de um país que está entre as 10 maiores economias do planeta é bastante atribulada e, ainda que não exclusivamente, o MAG jogou um papel muito importante intensificando as visitas e relações com as nações latino-americanas. Vale destacar que o Marco Aurélio, um intelectual de rara cepa, já trazia um importante *background* do exílio no Chile e na França, de seus tempos de atuação docente na UNICAMP e como ex-secretário de Relações Internacionais do PT, sendo inclusive nessa condição um dos organizadores e fundadores do *Foro de São Paulo*. Com a “onda rosa” que varreu

a região no início deste século, sua tarefa de interlocução junto a governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina foi sobremaneira facilitada. Outra característica importante de sua atuação derivava do fato de ele não ser o ministro ou o “vice-ministro”/secretário-geral das Relações Exteriores, o que permitia uma importante flexibilidade na agenda e atuação em uma série de visitas precursoras às viagens presidenciais, trabalhando na construção de consensos e/ou dirimindo mal-estares (sem esquecermos também que MAG foi um importante formulador). Já sob Dilma Rousseff, sua atuação declinou sensivelmente, seja pelo pouco apreço que a ex-mandatária nutria pelas questões internacionais, bem como o baixo perfil com que atuou no fomento à integração sul-americana. Seu trágico passamento em julho último, doloroso em qualquer época, parece ganhar ainda mais agudeza na triste quadra histórica nacional que vivemos.

IA: No artigo “Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma nova perspectiva”, de 2013, o senhor e o professor Lucas P. Rezende entendem que o Brasil tinha os recursos, apresentava algumas iniciativas políticas mas, em outros momentos, mostrava-se hesitante em assumir o papel de liderança sul-americana. Com o senhor avalla essa situação hoje, em 2017?

AF: O cenário é de desolação total, terra arrasada e, importante frisar, não se iniciou com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Quando redigimos o artigo em 2012 (publicado em 2013) vivíamos um nítido momento de ascenso na cooperação em Defesa na América do Sul, não isenta de problemas e contradições como já apontávamos no trabalho, mas desde a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em fins de 2008 a direção e o sentido eram de aprofundamento. Para além do grande interesse brasileiro, autor da iniciativa de criação do CDS, idiosincrasias locais, regionais e extra-regionais parecem ter

fornecido alento para a concretização deste arranjo. Em um breve périplo pelo subcontinente percebíamos que o CDS poderia vir a cumprir diferentes desígnios, com todos tendo eventualmente algo a ganhar: da perspectiva argentina interessava aglutinar novos atores ao pleito de que “as Ilhas Malvinas são argentinas” e todos os desdobramentos que esta questão encerra; passando por um Paraguai acossado por problemas internos que culminou no surgimento do grupo guerrilheiro Exército do Povo Paraguaio (EPP); uma Venezuela que, ainda que aquém do modelo de aliança militar desejado pelo comandante Chávez, o enxergava como um importante instrumento para evitar o encapsulamento ou até mesmo uma ação direta por parte dos EUA; aos outros bolivarianos da região, Bolívia e Equador, que interessavam buscar garantias ante ações desestabilizadores do tipo que se passou com e após o episódio de Angostura; para a Colômbia, ainda que reticente a princípio e temendo o isolamento, a possibilidade de um maior comprometimento e compreensão dos países vizinhos com o flagelo do conflito interno vivido por este; o Peru e Chile, com preparos e capacidades militares bastante distintos, buscavam reforçar a solução dos litígios por vias diplomáticas e eventualmente por meio de tribunais internacionais; ao norte Guiana e Suriname enxergando uma possibilidade para o aprofundamento de sua “sulamericanização” (em contraste com a histórica vocação caribenha); e, finalmente, com o Conselho de Defesa Sul-Americano o Uruguai conseguia superar suas ressalvas a uma preocupante colaboração militar mercosulina entre Brasil e Argentina que causava grande desconforto em Montevideú. Enfim, por diferentes leituras e compreensões, parecia que o CDS não seria o tipo de estrutura que tolheria ou dificultaria o exercício das soberanias nacionais na América do Sul e os países concordavam quanto à oportunidade e a conveniência. Já em 2017 o quadro regional e global é substantivamente diferente. Além de uma ordem internacional liberal em baixa e da pouca efetividade vivida pelo multilateralismo e suas instituições, o contexto de multipolaridade desequilibrada – nos termos propostos por Mearsheimer – e a

chegada de Trump à presidência da superpotência apenas tornam mais crítico este quadro. No plano regional, por sua vez, assistimos a uma importante e rápida alteração do que se convencionou chamar “regionalismo pós-hegemônico”, com a chegada de governantes liberais à frente de vários governos nacionais e um solene desprezo pelos arranjos institucionais anteriores, da mesma maneira que a influência chinesa só fez crescer e se consolidou nos últimos anos no subcontinente (o país asiático já é o principal parceiro comercial dos países sul-americanos, inclusive em alguns detentores de TLCs com os EUA), ao lado do estrago causado pela “Operação Lava Jato” e seus desdobramentos em países vizinhos, desnudando enormes esquemas de corrupção envolvendo as gigantes empreiteiras verde-amarelas (que em anos recentes tinham se enveredado também pela Base Industrial de Defesa, a BID). Enfim, esse novo quadro combinado a ambivalente atuação brasileira na região fizeram com que o Brasil perdesse prestígio, protagonismo, e, mais ainda, desejo de liderar a coadunação de esforços integracionistas na América do Sul, com evidentes reflexos no campo da Defesa. Um claro exemplo disso são as minutas de revisão dos documentos políticos de alto nível para a área (*Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco da Defesa Nacional*) que se encontram no Congresso Nacional, onde há nítida obliteração de muitos elementos do entorno estratégico sul-americano em prol de tradicionais polos de poder como os EUA e a Europa. Em suma, infelizmente vivemos um momento de baixa na cooperação em Defesa tal como concebida na primeira década deste século, em especial no sentido de aproximação dos Subcomplexos do Cone Sul e Norte Andino, sem perspectivas de reversão no curto prazo.